Captação de recursos não reembolsáveis: dificuldades e limitações das entidades assistenciais de Criciúma-SC

Eliane Mandelli Frank[1]

Mauricio C. Serafim[2]

RESUMO: O objetivo do artigo é diagnosticar e analisar as principais dificuldades, os entraves e impedimentos na captação de recursos não reembolsáveis pelas entidades assistenciais do município de Criciúma-SC. Além da discussão teórica, foram levantadas as dificuldades enfrentadas pelas instituições sociais, os principais serviços prestados, e os principais impedimentos na captação de recursos não reembolsáveis. A abordagem de pesquisa utilizada foi a qualitativa, por meio de questionário e entrevistas a 29 entidades, de um universo de 58. Os resultados da pesquisa de campo mostram que as principais dificuldades em relação à captação de recursos é a falta de uma equipe técnica para elaboração dos projetos e a não utilização de ferramentas básicas de gestão, como os de *marketing*. O artigo é finalizado com algumas sugestões para as entidades.

PALAVRAS-CHAVE: Captação de recursos não reembolsáveis, instituições assistenciais, projeto social, combate à pobreza, sociedade civil.

ABSTRACT: *This article aims to diagnose and analyze the main difficulties, obstacles and impediments in the fund raising for assistance entities of the municipal district of Criciúma-SC, Brazil. Besides the theoretical discussion, it is discussed about the difficulties faced by social institutions, the main services provided, and the main impediments in the fundraising. The approach used was qualitative research, through questionnaires and interviews to 29 entities in a universe of 58. The results of the field show that the main difficulties in relation to the fund raising is the lack of a technical team for development projects and non-use of basic tools of management such as marketing. The article is concluded with some suggestions for the entities.*

KEYWORDS: *Fund raising, assistencial entities, social project, action against poverty, civil society.*

[1] Economista, mestre em Ciências Ambientais pela Universidade do Extremo Sul Catarinense e professora substituta (ACT) do Centro de Educação Profissional de Criciúma. Avenida Universitária, 345, Criciúma – SC, 88806-000. E-mail: elianemandelli@engeplus.com.br.
[2] Professor do Centro de Ciências da Administração e Socioeconômicas da Universidade do Estado de Santa Catarina. Rua Manoel Severino de Oliveira, 101, Bairro Lagoa da Conceição, Florianópolis – SC, 88062-120. E-mail: serafim.esag@gmail.com.

Introdução

A pobreza constitui hoje um dos principais desafios para a sociedade, principalmente para os países periféricos do capitalismo. Segundo os dados divulgados pelo Banco Mundial no Relatório das Nações Unidas (2003), a América Latina é a região mais desigual do mundo, sendo que durante os últimos 50 anos esse quadro não teve modificações significativas. O Banco Mundial destaca que a diferença de padrão entre ricos e pobres na região – no Brasil em especial – é um poderoso entrave a qualquer política de desenvolvimento sustentável.

Neste cenário, Santa Catarina, apesar de ser o Estado com o segundo melhor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a realidade da indigência e da pobreza não se diferencia tanto do restante do país, conforme revela os dados do diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: 12,4% dos catarinenses são indigentes e 32,7% são consideradas pobres. Na região de Criciúma, o diagnóstico revela que esse percentual está em torno de 7,8% de indigentes e 27,2% de pessoas empobrecidas, ou seja, em torno de 90,5 mil pessoas são consideradas empobrecidas (BORCHARDT, 2003).

A indigência e a pobreza são amenizadas com o atendimento emergencial das entidades assistenciais e com o trabalho voluntário da população criciumense. Para tanto, é necessário que essas organizações sem fins lucrativos possuam como uma das dimensões fundamentais a capacidade de auto-sustentação por meio da captação de recursos de modo que seus fins sejam alcançados. Além da disponibilidade dos recursos dos órgãos governamentais, existem recursos de origem privada destinados a financiar projetos sociais.

Percebe-se, no entanto, que apesar de existir recursos disponíveis, muitas entidades não os utilizam para o financiamento de seus projetos. Por exemplo, o Fundo Social do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), criado em julho de 1997, é constituído por um percentual do lucro líquido do banco. Esse fundo tem como finalidade o apoio financeiro não-reembolsável a projetos de caráter social, voltados prioritariamente à população de baixa renda, nos segmentos de geração de emprego e renda, saúde, educação e desporto, serviços urbanos, justiça, alimentação, habitação, meio ambiente, cultura e desenvolvimento rural. Esses recursos são destinados a projetos de investimentos que se enquadram nos programas existentes, especialmente desenvolvidos para aquela finalidade. É também permitida a utilização dos

recursos de forma complementar a projetos de caráter social beneficiários de financiamento do BNDES.

Há várias entidades assistenciais em Criciúma que poderiam se beneficiar destes recursos, mas não o fazem ou não o conseguem. Vivem de doações feitas pela comunidade, enquanto poderiam captar tais recursos disponíveis nos órgãos governamentais e não governamentais para alcançar seus objetivos, viabilizando projetos assistenciais.

Por isso, o objetivo desse artigo é diagnosticar as principais dificuldades e os entraves responsáveis pela não captação de recursos não reembolsáveis por parte das instituições assistenciais no município de Criciúma, bem como compreender o porquê das instituições não requererem junto aos órgãos governamentais e não governamentais os recursos não reembolsáveis disponíveis, que possibilitem a implementação de projetos que visem à melhoria das condições de vida da população de baixa renda.

Na primeira seção é discutido o papel do terceiro setor e os recursos não reembolsáveis disponíveis. Na segunda seção é descrita a metodologia utilizada, sendo os resultados e discussões dos dados expostos na terceira seção. O artigo é finalizado com as considerações finais e sugestões de ações para amenizar as limitações levantadas pela pesquisa.

Referencial teórico – Terceiro Setor no combate a pobreza

Segundo Lisboa (2003), a terminologia terceiro setor possui caráter despolitizado e deriva da literatura norte-americana, destacando-se também duas outras expressões: “organizações sem fins lucrativos” e “organizações voluntárias”. O terceiro setor é composto por: organizações formais e institucionalizadas; privadas e independentes do governo; que não distribuem lucros; que se autogerenciam, e que possuem um grau significativo de participação voluntária.

O primeiro setor é representado pelo Estado e o segundo setor pelo privado, sendo o terceiro setor a sociedade civil organizada. Afirma Lisboa (2003) que a legitimação do terceiro setor não é dada pelas falhas do mercado ou pelas insuficiências do Estado, mas pelas transformações contemporâneas, as quais requerem uma relação social mais personalizada, humana e solidária.

As organizações não-governamentais (ONGs) são mediadoras entre situações sociais concretas, movimentos sociais e organizações de base, com os governos e as agências internacionais. São

organizações independentes que, por não terem fins lucrativos e distinguirem do Estado, pertencem tanto ao campo da sociedade civil, quanto ao terceiro setor. Dedicando-se particularmente a atividades de assessoria, capacitação e elaboração de projetos, onde buscam parcerias, atuando como elos de conexão entre o local e o global (SCHERER-WARREN, *apud* LISBOA, 2003: 212).

Segundo Armani (2000), um projeto social nasce de uma ideia, de um desejo ou interesse de realizar algo, que toma forma e se estrutura por meio de um esquema o qual é apenas um esboço provisório, já que sua implementação exige constante aprendizado e reformulação. "Basicamente, um projeto é uma ação social planejada, estruturada em objetivos, resultados e atividades baseados em uma quantidade limitada de recursos (humanos, materiais e financeiros) e de tempo" (ARMANI, 2000: 18). Os projetos não existem isoladamente, eles apenas fazem sentido na medida em que fazem parte de programas ou políticas mais amplas, tanto no setor público como no setor não governamental.

Afirma ainda o autor que a utilidade dos projetos é o fato de colocarem em práticas as políticas na forma de unidades de intervenção concretas. Os projetos sociais são a melhor solução para organizar ações sociais, pois "capturam" a realidade complexa em pequenas partes, tornando-as mais fáceis de planejar e de manejar. Em suas palavras,

> *"Um projeto não é apenas aquele documento formal enviado aos potenciais financiadores como instrumento para captação de recursos. Muito mais do que isso, é uma das soluções técnicas mais difundidas para que as pessoas e as organizações possam contribuir como o enfrentamento de problemas sociais de uma forma organizada, ágil e prática" (ARMANI, 2000: 18).*

Apesar do grande apelo exercido pelos projetos enquanto instrumentos para implementação de políticas e programas de desenvolvimento social, o autor afirma que a sua adequação a processos sociais complexos são limitados. Mesmo assim, os projetos ainda são as formas mais adequadas para promover a viabilidade e o êxito de ações sociais transformadoras. O fato de que projetos sociais necessitam de apoio financeiro de terceiros a quem devem prestar contas, fazem com que sejam organizados de forma séria e responsável, pois as entidades necessitam desenvolver a

credibilidade junto à opinião pública. “Promover um projeto social é também assumir uma responsabilidade pública” (ARMANI, 2000, p. 21).

O Estado em seu dever de garantir as necessidades básicas de toda população, afirmado na Constituição, dispõe de recursos não reembolsáveis disponíveis em fundos nos ministérios, que poderão ser canalizados para projetos que visem à melhoria das condições de vida da população de baixa renda. Assim como no Estado, também há recursos nos órgãos não governamentais.

Recursos não reembolsáveis

Origem governamental

Existem alguns órgãos governamentais financiadores de recursos não reembolsáveis. O BNDES, por exemplo, instituiu o Fundo Social em 1997, que possui recursos que se destina ao apoio financeiro não reembolsáveis a projetos de caráter social, no âmbito dos programas operacionais aprovados pela Diretoria do Banco. Conforme o Balanço Social 2001 do BNDES, as fontes dos recursos do Fundo Social são compostas da contribuição do BNDES, correspondente a 10% de seu lucro líquido, limitada a 0,5% do patrimônio líquido e da rentabilidade auferida com a aplicação das disponibilidades do Fundo. A administração do Fundo é exercida pela Área de Desenvolvimento Social do banco sendo que os recursos são aplicados de forma a complementar as linhas de empréstimos destinadas ao financiamento de setores sociais básicos, como educação, saúde, geração de trabalho e renda.

De acordo com informações do Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome (MESA), nos ministérios existe o Fundo de Combate e Erradicação da Pobreza que foi criado de acordo com o Decreto n. 4.564 em 1º de janeiro de 2003 e é gerido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar e Combate a Fome. O Fundo é formado por doações de pessoas físicas ou jurídicas, nacionais ou estrangeiras. Os recursos do Fundo são destinados a ações que tenham como alvo as famílias com renda *per capita* inferior à linha de pobreza e indivíduos em igual situação de renda e as populações dos municípios e localidades urbanas ou rurais isoladas ou integradas de regiões metropolitanas, que apresentem condições de vida desfavoráveis.

O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE) é uma autarquia vinculada ao Ministério da Educação criado por intermédio da Lei n. 5.537 de 21 de novembro de 1968 e pelo Decreto-Lei n. 872 de 15 de novembro de 1969. O FNDE tem a finalidade de captar recursos financeiros e distribuir a vários programas e projetos de ensino e pesquisa, como também bolsa de estudos e merenda escolar. Um dos objetivos é garantir que todas as crianças e jovens, de 7 a 14 anos, e as pessoas com idade acima de 14 anos, que não tiveram acesso à escola em época apropriada, tenham acesso à educação. Os recursos são canalizados para Governos Estaduais, Distrito Federal, Prefeituras Municipais e para as ONGs.

O FNDE dispõe também de uma linha de financiamento para projetos e Programas voltados para a Educação Pré-Escolar, Educação de Jovens e Adultos, Educação Indígena, Educação Especial, Aceleração da Aprendizagem, Cultura Afro-Brasileira, Áreas Remanescentes de Quilombos e Paz nas Escolas.

O Programa Governamental do Desenvolvimento da Educação Especial tem por objetivo "ampliar e melhorar a oferta de atendimento aos portadores de necessidades educacionais especiais". Os alunos com necessidades educacionais especiais podem apresentar limitação física, mental, auditiva, visual, múltipla ou alta habilidade, e requerem recursos pedagógicos, metodologias educacionais e equipamentos específicos. As políticas que vêm sendo adotadas abrangem itens como: capacitação de recursos humanos, concessão de equipamentos e materiais didático e pedagógico, e adaptação de escolas visando o fácil acesso aos portadores de deficiência.

A Fundação de Ciência e Tecnologia de Santa Catarina (FUNCITEC), possui recursos que poderão ser captados para financiar atividades de Pesquisa e Desenvolvimento (P&D). Além dos recursos do Governo Federal, Estadual e Municipal, existem também recursos que poderão ser captados nos Consulados e Embaixadas de vários países, que também possuem recursos não reembolsáveis.

Origem não governamental

O Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (GIFE) é uma associação que reúne organizações de origem privada que financiam ou executam projetos sociais, ambientais e culturais de interesse público. São muitos os associados que financiam projetos com recursos não reembolsáveis. O

GIFE mantém também parcerias com 8 grupos que são o Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidades Social, a FGV-SP, a Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (FIEMG), o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social (IDIS), o Instituto Synergos, a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) e a Ação Empresarial pela Cidadania Pernambuco, cujos objetivos coincidem.

Dados do GIFE revelam que o universo dos associados destina mais de R$ 700 milhões por ano, com iniciativas que buscam soluções para superar as desigualdades sociais e melhoria das condições de vida dos brasileiros, apoiando e implementando ações nas áreas de educação, saúde, cultura e meio ambiente. Também possui como objetivo estratégico influenciar as políticas públicas por meio de parcerias e do compartilhamento de ideias, ações e aprendizados com o Estado e outras organizações da sociedade civil.

De acordo com informações do GIFE foi realizada uma análise dos dados do relatório da Declaração de Informações Econômico-Fiscais das Pessoas Jurídicas 2000 (DIPJ) que dos R$ 6,5 bilhões que poderiam ter sido doados pelas empresas para as organizações sociais, foram destinados apenas R$ 225,66 milhões. Apenas 3,4% do potencial de doações para organizações do terceiro setor foram aproveitadas. A falta de conhecimento e a restrição dos incentivos fiscais são as principais causas da sua subutilização.

Além dos sócios do GIFE, existem outras organizações não associadas como, por exemplo, o Instituto Guga Kuerten (IGK) que aprova prioritariamente projetos e iniciativas em duas áreas: de educação e integração social de pessoas com necessidades especiais e de esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças e adolescentes. No município de Criciúma algumas entidades tiveram seus projetos aprovados pelo IGK: a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), o Instituto de Educação Especial Diomício Freitas e o Abrigo do Menor. O IGK possui um programa chamado de Fundo de Apoio a Projetos Sociais (FAPS) que busca apoiar financeira e tecnicamente projetos de organizações sociais de Santa Catarina que desenvolvam ações voltadas para a integração das pessoas com necessidades especiais e/ou que utilizem o esporte como estratégia de desenvolvimento integral de crianças a adolescentes.

Ainda podem ser citado a Bolsa de Valores de São Paulo (BOVESPA), que também possui recursos para projetos sociais. Por sua iniciativa foi criada a Bolsa de Valores Sociais, com o objetivo de promover o encontro entre organizações sociais que necessitam de recursos e

investidores que estão dispostos a apoiar seus programas e projetos. A BOVESPA ao lançar este projeto inédito no mundo inova as formas de captação de recursos como também cria dois conceitos: "investidor social" e "lucro social". Segundo informações da BOVESPA, nesse ambiente a empresa se fortalece e em contrapartida, desenvolve o investimento com lucros e dividendos, e como consequência as entidades sociais se fortalecem e desenvolve o investimento na forma de uma sociedade mais justa.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa trata-se de uma pesquisa descritiva a qual, segundo Gil (2002), possui como objetivo a descrição das características de determinada população. Sua característica está na utilização de técnicas padronizadas de coleta de dados, tais como o questionário e a observação sistemática.

A relação das instituições é o resultado da junção das duas listas repassadas pelo Comitê Fome Zero e Secretaria de Desenvolvimento e Assistência Social e Habitação da prefeitura de Criciúma. Houve alguma sobreposição de informações, mas as duas listas foram imprescindíveis para uma lista mais completa. Das 58 entidades que constavam na relação, 29 foram entrevistadas (50% do total), representado por vários segmentos. O instrumento utilizado para coleta dos dados foi o questionário – com 14 perguntas divididas em duas partes – aplicado por meio de entrevistas.

Entrou-se em contato com as instituições por telefone, explicando o objetivo da pesquisa. Todas as instituições contatadas se prontificaram a cederem uma entrevista, agendando-as. Todas fizeram questão de serem entrevistadas. Das 29 entrevistas agendadas, apenas duas não foram feitas pessoalmente. Foi deixado o questionário no local e respondido posteriormente pelo responsável sendo que o mesmo entrou em contato para ir apanhá-lo. Todas as 27 entrevistas realizadas foram gravadas e posteriormente transcritas para a análise. O perfil dos entrevistados foi o seguinte: sete foram realizadas com o diretor da instituição, sete com o presidente, dois com o secretário, 10 com os coordenadores, uma com o assessor de planejamento, uma com a orientadora pedagógica e uma com a assistente social.

Resultados e discussão

Perfil das Entidades

Observou-se que 29% dos entrevistados responderam que trabalham com assistência social às famílias, 18% com crianças e adolescentes, 9% com mulheres, 7% com idosos, 4% com portadores de necessidades especiais, 2% representa o hospital, assim como também o asilo. Os 29% das respostas colocadas como outros atuam com: tratamento de dependentes químicos, cegos, assistência social aos mendigos, meio ambiente, universidade, e portadores de deficiência física.

Podem-se dividir as áreas de atuação das entidades entrevistadas em grupos, tais como: a) portadores de necessidades especiais; b) hospital; c) asilo de idosos; d) assistência social emergencial; e) universidade; f) tratamento de dependentes químicos; g) associações de deficientes físicos e de deficientes visuais; h) abrigamento de crianças e adolescentes em situação de risco; i) educação ambiental e meio ambiente e j) secretaria de desenvolvimento social a habitação.

A principal dificuldade das entidades assistenciais do município de Criciúma é financeira. Das 29 entidades entrevistadas, 25 entidades responderam ser esse o principal problema, correspondendo a 48% do total. Entre outras dificuldades há a precariedade da infra-estrutura e recursos humanos. Apenas duas entidades responderam que, além de terem dificuldade financeira e de infra-estrutura, também tem dificuldade de não ter o apoio da comunidade.

A dificuldade de infra-estrutura e de recursos humanos é uma consequência da dificuldade financeira. Muitas entidades não possuem um espaço físico, nem pessoas qualificadas para trabalhar, principalmente porque não há recursos suficientes para pagar um salário, e as pessoas que fazem parte da entidade tem que ter seu próprio emprego extra-organização, não tendo tempo para se dedicar integralmente à entidade.

Pela falta de um recurso financeiro mensal para a manutenção das despesas diárias, os diretores dizem ficarem sempre apreensivos com essa insegurança. Afirma um entrevistado que quando se fala em problema financeiro, não é apenas a falta de dinheiro; é também no sentido da falta de segurança do recebimento dos recursos. Afirma ainda o entrevistado que é um problema de política, de diretrizes, de como atuar na assistência social.

Existem entidades, por exemplo, que ao receberem algum recurso de algumas campanhas específicas, o dinheiro acaba sendo utilizado para o pagamento das despesas de manutenção da entidade, como o pagamento da conta de energia elétrica, telefone, água e salários dos funcionários. Isso significa que as entidades tentam colocar em dia todas as despesas primárias para que a organização não sucumba. Conforme afirmou um entrevistado, “hoje eu fui pagar e fiz um negócio, ganhei um dinheiro para fazer uma coisa e fui obrigado a pagar outra. Tive que pagar a outra com outro tipo de serviço, com massagens, porque não tinha dinheiro”.

Em uma instituição específica, uma das principais dificuldades é com as famílias dos idosos, que não fazem visitas e nem tampouco se interessam em colaborar com a manutenção da entidade. Eles colocam o idoso no asilo e acham que a entidade é totalmente responsável. Os familiares livram-se da responsabilidade para com seus familiares idosos. Às vezes o idoso possui bens e os familiares se aproveitam para tirá-los. Vão até a instituição, não para fazer visita, mas para fazer com que o idoso assine documentos sem saber que estão assinando a desistência dos seus próprios bens.

Outro fator importante – e que é característico de uma instituição que trabalha com portadores de deficiência física e a maior dificuldade além das dificuldades física, financeira, de infra-estrutura e de recursos humanos – é o preconceito contra aqueles que são diferentes, ou melhor, não se enquadram naquilo que a sociedade estabeleceu como “normal”. Como afirmou um entrevistado, “[...] a questão do mercado de trabalho. Muitas vezes não é porque tu não consegues fazer, é porque só de olhar para ti e ver que tu tens algum tipo de 'defeito', a pessoa já não te aceita trabalhando ali”. Na instituição tem casos de pessoas que tentaram esconder o fato de que tinha um braço ou uma perna amputada para conseguir o primeiro emprego porque, pelo contrário, não iriam conseguir. Ainda afirma a pessoa entrevistada que é difícil para uma pessoa que usa uma cadeira de rodas, pois dificilmente saem de casa, a maioria mora em bairros e não possuem carro, e para pegar um ônibus é muito difícil, pois precisa de outra pessoa que a pegue no colo e coloque-a dentro do ônibus, e depois ainda tem que desmontar a cadeira de rodas. Apesar disso, essas pessoas, no dia-a-dia vivem com essas limitações de locomoção, consideram o preconceito algo pior.

Em relação à manutenção financeira, a pesquisa revela que 25 entidades é por meio de doações (45,4%), 10 de fundos públicos, (18,2%), três cobram pelos serviços prestados (5,4%), três de

captação de recursos (5,4%) e 14 responderam outros (25,4%). O total de respostas é de 55 devido ao fato de que muitas instituições responderam mais de uma opção, ou seja, se mantêm de doações, fundos públicos, captação de recursos e outros. As respostas referentes a outros foram: campanhas, convênios, prestação de serviços, rifas, parcerias, anuidades dos associados, cotização, promoção de eventos e recebem recursos da paróquia. Algumas entidades cadastradas no Ministério Público também recebem recursos em dinheiro que vem das indenizações compensatórias, quando o Ministério Público firma com o réu um ajuste de conduta. Esse recurso somente poderá ser aplicado na compra de equipamentos e de bens móveis.

Como já salientado acima, as doações representam 45,4% dos recursos recebidos pelas entidades. Muitas delas fazem campanhas e divulgação para que as pessoas conheçam a entidade e invistam naquilo que estão acreditando, que viram e acreditam. Afirma um entrevistado que ninguém gosta de investir dinheiro sem ver. Muitos até investem, mas um investimento que seja de porte, um investimento que se sabe que é seguro é daquelas pessoas que vão ver a entidade, que olham o trabalho como que é feito, acreditam e passam a ser parceira. Nas palavras da pessoa entrevistada: “Até porque esse investimento não é só em dinheiro. Ah! Vou lá e vou doar dinheiro, isso é que importa. Não. Importa o dinheiro? Importa, porque sem ele não se pode fazer nada, mas é a divulgação”.

As entidades trabalham em parcerias umas com as outras com objetivo em comum que é a melhoria das condições de vida da população de baixa renda. Existem muitas entidades que se mantém quase que exclusivamente com o trabalho voluntário, principalmente de mulheres, que recebem doações da comunidade, promovem eventos, se reúnem semanalmente para fazer muitos trabalhos em artesanato que vendem, com o dinheiro arrecadado compram matéria-prima para a confecção de enxovais para bebês, compram alimentos e remédios onde é doado para as famílias cadastradas. A sociedade criciumense possui um “espírito filantrópico” e há muitas doações voluntárias, de onde vem o maior recurso à manutenção das entidades. É claro que também existem entidades que recebem poucas doações, mantendo-se com o que arrecadam em eventos feito em parceria com a comunidade.

No caso específico do asilo, além das doações em dinheiro, alimentos e roupas recebem também o dinheiro da aposentadoria dos idosos que ficam no abrigo, sendo que a maioria dos idosos recebem um salário mínimo, às vezes menos, o que muitas vezes é suficiente apenas para pagar

os funcionários, energia elétrica e água. Um levantamento feito na instituição mostrou que o custo para manter um idoso é de aproximadamente R$ 670,00 mensais.

Captação de Recursos

A segunda parte da pesquisa referente à captação de recursos não reembolsáveis foi dividida em sete questões

A primeira diz respeito se a entidade tem conhecimento da existência de recursos não reembolsáveis. Das 29 entidades entrevistas, sete afirmaram que não tinham conhecimento, (24%), e 22 responderam que tinham conhecimento dos recursos (76%). Uma dos entrevistados respondeu que está ciente da existência desses recursos, e que não conseguiram ainda obter os recursos destas fontes. Já tentaram várias vezes, encaminharam vários projetos, mas não conseguiram aprovação. Outro entrevistado respondeu que eles sabem que há dinheiro do governo federal, nos ministérios e em outras fundações, mas a obtenção dos recursos é dificultada devido ao fato da entidade trabalhar com adultos, pois há prioridades para entidades que lidam com crianças.

O segundo ponto é acerca das entidades que conheciam da existência de recursos se haviam encaminhado algum projeto para captação de recursos. Das 22 entidades que conheciam a existência de recursos não reembolsáveis, 16 responderam que já haviam encaminhado projetos (73%) e 6 responderam negativamente (27%). Indagadas sobre o não envio de projetos, todas responderam que não possuíam pessoas capacitadas para elaborar os projetos e que as que pessoas trabalham em outras atividades ficam sem tempo para se dedicar à elaboração de projetos. Uma entidade respondeu que nunca buscou porque não teve acesso às informações. Neste caso identifica-se que a entidade não sabe como captar esses recursos. Outra respondeu que nunca encaminhou projetos, tem dificuldade de conseguir algum recurso federal porque não possui o documento de utilidade pública federal. Não encaminharam nenhum projeto porque é exigido esse documento. E também outra dificuldade de não ter encaminhado projetos foi pela dificuldade técnica, de encaminhar e também porque o resultado não é o esperado, pois a entidade trabalha com adultos, não tendo grandes chances de conseguir recursos financeiros. Somente encaminhou solicitações ao governo estadual, pois é uma decisão mais política. Outra entidade respondeu que sempre encaminha alguns projetos, mas poucos. Planeja aumentar o

número de projetos elaborados e enviados. Dos que foram encaminhados, poucos foram aprovados. Uma das entidades que encaminhou projetos, afirmou que já fizeram vários projetos, mas foram diretos para a gaveta e nem tiveram uma resposta por parte dos órgãos financiadores.

Uma entidade especificamente encaminha muitos projetos, onde tiveram projetos aprovados, mas muitos negados. A maioria dos projetos que a entidade tem encaminhado por meio dos consulados e das embaixadas, têm vindo com uma única resposta, independente do país. Já encaminharam projetos para o Japão, Canadá, Estados Unidos, Alemanha, França, Itália, Bélgica, Holanda e Suécia etc. Acredita que mandaram, no ano passado, projetos para mais de 50 embaixadas. As respostas são todas semelhantes: "canalizamos recursos para o Nordeste do Brasil, porque o Sul é considerado primeiro mundo". Contudo, os representantes dos países que conhecem a entidade, que a visitam, acabam sempre aprovando os projetos encaminhados. Um dos entrevistados afirma que,

> *"Nós pensamos que se as embaixadas viessem conhecer a entidade, os projetos seriam aprovados. Mas como eles já têm essa política de direcionar de São Paulo para cima, que é o que eles realmente pensam. Todo mundo acha que o Sul é primeiro mundo. Na Europa, principalmente, o Sul é considerado primeiro mundo, o Sul do Brasil. Nós recebemos mais recursos de fora do que o governo federal. Do governo federal mesmo, nós não conseguimos nada, até agora, absolutamente nada".*

O terceiro ponto é sobre a dificuldade da elaboração do projeto. Das 16 entidades que responderam positivamente a essa questão – os 73% que encaminharam projetos – 56% possuem dificuldade na elaboração dos projetos; as demais (44%) responderam que não tiveram dificuldades. As principais dificuldades na elaboração dos projetos foram: dificuldade para contratar técnicos para escrever o projeto; falta de recursos financeiros para o pagamento desse serviço; a entidade até busca por meio de cursos de captação de recursos, mas afirma o entrevistado que é muito demorado e custoso, porque se exige muitos pré-requisitos e são muito difíceis de serem elaborados. As pessoas que trabalham na entidade não estão capacitadas para elaborar projetos, principalmente os projetos mais complexos. A exigência de muitos documentos é uma dificuldade que inibem as entidades de pelo menos tentar encaminhar seus projetos.

Outra dificuldade encontrada pelas entidades é porque cada financiador ou provável parceiro tem sua própria metodologia de projetos. Há muita pesquisa para o projeto, e isso não garante que o projeto saia da maneira que o financiador exige, porque se apenas um item está fora do padrão exigido, o projeto é eliminado. Um entrevistado afirma que não há dificuldade especificamente na elaboração dos projetos. A dificuldade maior é por falta de recursos humanos, de pessoas técnicas especificamente capacitadas para elaborar mais projetos.

O quarto ponto diz respeito à aprovação do projeto. Das 16 entidades que haviam enviado projetos, 38% delas tiveram algum de seus projetos aprovados. As demais entidades (62%) que encaminharam seus projetos, responderam que seus projetos não foram aprovados. Uma entidade respondeu que teve dois projetos aprovados e um ainda não tiveram resposta, pois foi encaminhado recentemente. Outra respondeu que o projeto encaminhado não foi aprovado e acredita que foi devido aos critérios de seleção, pois não tiveram nenhuma resposta do órgão financiador.

O quinto ponto cobre a questão sobre quem elaborou o projeto. As respostas foram: equipe técnica, assistente social, os próprios integrantes, diretora e a secretária, diretoria da instituição, parceria entre planejamento, pesquisa e os departamentos, coordenadores de projetos, sociólogas, diretor de captação de recursos e técnicos da área. Observa-se nas respostas que poucas entidades possuem pessoal técnico para elaboração de projetos. Os projetos feitos são pelas pessoas que trabalham em outra área da organização.

O sexto ponto se refere à necessidade e desejo de captar recursos não reembolsáveis. Das 29 instituições entrevistadas, apenas uma respondeu que não gostaria de captar recursos não reembolsáveis. Muitas instituições gostariam de captar recursos para manutenção da entidade pelos seguintes motivos: (a) para aumentar a cesta básica porque a doada não e suficiente e gostariam de doar uma cesta básica digna e ajudar em outras áreas como, por exemplo, o pagamento de contas vencidas de energia elétrica e água, compra de remédios e ajudar na construção de casas; (b) para ampliar a assistência, pois na instituição já tiveram aulas de canto, assistência com professores voluntários aos sábados para completar aquilo que a criança não acompanhava na classe; (c) para montar uma infra-estrutura na parte operacional, a questão do veículo, ter um caminhão maior para carregar material de construção, para coletar e entregar materiais, pois se fizessem uma campanha junto às construtoras poderiam cobrir parte do déficit

habitacional do município, pois as construtoras desperdiçam muitos materiais; (d) para comprar material para os enxovais dos bebês; (e) para a construção da sede própria; (f) para a manutenção da instituição e criar novos projetos; (g) para a melhoria e funcionamento da casa e compra de equipamentos para melhorar o atendimento às crianças e portadores de deficiências; (h) para a compra de um veículo, pois todo o trabalho voluntário de comunidade em comunidade é feito sempre a pé; (i) para colocar em prática muitos projetos na parte de formação de profissionais por meio de cursos profissionalizantes; (j) para desenvolver pesquisas científicas, para inquirir os efeitos da poluição eletromagnética e para desenvolver projetos de educação ambiental.

O sétimo ponto diz respeito às dificuldades e impedimentos na captação de recursos não reembolsáveis. A maior e principal dificuldade e impedimento na captação de projetos é a de elaboração e encaminhamento dos projetos, de obter apoio de pessoas capacitadas para isso, pois os projetos são muitos técnicos e possuem uma complexidade significativa em sua elaboração. Muitas responderam que a "burocracia" é enorme e isso inibe a elaboração de projetos, pois exigisse muitos documentos e quando é encaminhado o projeto dificilmente é aprovado. Pedem que a entidade geralmente tenha o título de utilidade pública estadual, federal, coisa que muitas entidades ainda não o tem. Os projetos até podem ser bons, mas acaba não chegando ao fim de todas as etapas dos editais devido às exigências cartoriais. Também afirma um entrevistado que acredita que os órgãos financiadores liberam recursos mais facilmente àquelas grandes entidades já estruturadas. Acha que eles que têm receio de estar fomentando, de estar destinando dinheiro às pequenas entidades menos estruturadas.

É afirmado numa outra entrevistada que a dificuldade é que mesmo fazendo projetos e pedindo, é muito difícil receber recursos. Afirma ainda que a entidade sabe que outras instituições na cidade recebem muito recurso. Mas para casas de idosos é muito difícil: no município existem muitos, mas nenhum tem seu recurso aprovado. Quando é voltado a crianças as chances do pedido de recursos são maiores.

Outra dificuldade e impedimento segundo um entrevistado é a falta de transparência das informações de onde está o recurso. Há recursos para projetos voltados a crianças e adolescentes, mas no caso de entidades que trabalham com adultos não conseguem recursos, a não ser que trabalhe com adolescentes. E quando é com adolescentes tem muitas exigências e que inviabiliza o trabalho porque não se tem suporte para bancar todas as exigências do conselho tutelar.

Algumas pessoas entrevistadas responderam que uma das principais dificuldades é a falta de tempo para elaboração dos projetos. Também responderam que muitas entidades encaminham projetos, mas poucos são aprovados, pois é feita uma seleção e existem entidades que fazem *marketing* e, então, estes recursos acabam sendo encaminhados para as que são mais conhecidas. Outra dificuldade levantada é a questão da morosidade do processo, a demora do retorno do pedido.

A dificuldade específica de uma instituição é o fato da mesma ser criada pelo município, ser de direito privado e cobrar mensalidade. Isso inibe a captação de recursos não reembolsáveis. Outro fato também é que existem projetos que têm contrapartida em salário, dificultando a liberação dos recursos por parte dos órgãos financiadores.

Outra das dificuldades enfrentadas pelas entidades no município é por pertencer a região Sul do Brasil. Uma entidade encaminhou um projeto que poderia trazer um resultado muito significativo para o município. No entanto, ele não foi aprovado por nenhum órgão financiador. E quando do resultado dos projetos que foram aprovados verifica-se que os projetos aprovados geralmente são do Nordeste. Por exemplo, uma entidade encaminhou projetos para a UNICEF e a resposta foi que os investimentos se concentram no Sudeste e Nordeste. Responderam que no Sul eles não possuem coordenador que esteja disponível para estar acompanhando os mais projetos. Segundo o entrevistado, “essa seria no caso a desculpa, foi a carta que nós recebemos do não investimento em projetos aqui no Sul. Eles têm um, ou outro projeto aqui no Sul, mas é bem raro. No entanto arrecadam milhões. As pessoas daqui mandam para lá, más de lá é difícil vir para cá”. Afirma a entrevistada.

A partir da análise dos dados e da identificação dos principais entraves à captação de recursos não reembolsáveis, serão apresentadas na próxima seção as considerações finais e algumas sugestões de ordem intra-organizacional e extra-organizacional.

Considerações finais

Com o objetivo de analisar as dificuldades e impedimentos das entidades assistenciais do município de Criciúma – SC, empreendeu-se um estudo detalhado onde se pesquisou 29 entidades. De acordo com o referencial metodológico adotado, o resultado da pesquisa atingiu os

objetivos a que foi proposto este trabalho. Procurou-se por meio de entrevistas captar todas as informações necessárias para que se pudessem analisar os dados e chegar às conclusões.

A análise realizada permitiu diagnosticar os principais entraves responsáveis pela não captação dos recursos não reembolsáveis. A pesquisa revela que a área de atuação das principais entidades é a assistência social emergencial que atende as necessidades básicas da população de baixa renda, e como consequência disso, a principal dificuldade das entidades assistenciais do município é a financeira. Uma característica peculiar dessa situação é que as entidades se mantêm financeiramente, principalmente com doações. Poucas captam recursos não reembolsáveis. Com referência aos serviços prestados, a principal é a assistência emergencial com doações de cestas básicas e remédios. Outro serviço prestado também muito importante é na parte da educação e qualificação da população de baixa renda, com o objetivo de emancipação da pessoa para que não dependa mais do "assistencialismo" das entidades.

Quanto à captação de recursos, a pesquisa revela que existem entidades (24%) que não sabiam da existência dos recursos não reembolsáveis, porém a maioria (76%) tinha essa informação. Quanto ao encaminhamento de projetos das que sabiam da existência dos recursos, poucas não encaminharam projetos, 27% apenas, sendo que 73% das entidades encaminharam. Das entidades que encaminharam projetos, 56% tiveram dificuldades na elaboração dos mesmos e 44% não tiveram dificuldades na elaboração. Das entidades que encaminharam projetos, 38% tiveram projetos aprovados, e 62% revelaram que seus projetos não foram aprovados.

A pesquisa revela que poucas entidades assistenciais buscam recursos não reembolsáveis, somente aquelas que possuem uma boa estrutura e com pessoas capacitadas. Os principais entraves da não captação dos recursos não reembolsáveis são principalmente a falta de pessoas habilitadas para elaborar e encaminhar os projetos, já que estes são difíceis de serem elaborados e as pessoas que trabalham nas entidades não detinham a competência suficiente para tal e/ou por falta de tempo na busca de qualificação na área.

Sugestões

Ações de ordem intra-organizacional

As instituições assim como as empresas devem utilizar-se da técnica do *marketing* para divulgar sua marca. O conceito de *marketing* social é "uma atividade comercial em que uma empresa e uma ONG ou causa formam uma aliança para promover imagem, produto, causa ou serviço, para benefício mútuo" (KIEVEL, 2003). Outros nomes para *marketing* social também utilizado: filantropia empresarial, filantropia estratégica, investimento social, marketing responsável, patrocínio, relações pública etc.

Existem muitas formas de parceria que podem ser utilizadas pelas entidades por meio do *marketing* social: publicidade, eventos, patrocínio, licenciamento, canal de doações, doações a cada venda realizada, doações de percentual de vendas, coleção de cupons, troca do novo pelo velho, cartão de crédito, venda de produtos e selos (*ibid*.).

As instituições devem ter estratégias para estabelecer relações com a sociedade, tais como: divulgação da causa; divulgação de conteúdos; prestando informações úteis; tendo uma postura cidadã; solidariedade; ter motivação para a adoção de um novo comportamento pela sociedade; se associar com uma organização respeitada agrega credibilidade às ações da organização, pois é um valor percebido pela opinião pública. Isso resulta em muitos benefícios, tais como: Expansão do público atingido; proporciona uma comunicação versátil para os diversos públicos; proporciona a criação de cadeias de solidariedade; pode ser o primeiro passo em direção a uma associação mais ampla; utiliza o investimento em comunicação do parceiro; e arrecadação de recursos.

Para uma boa parceria em *marketing* social, os envolvidos, empresa, ONG e população deverão ter alguns princípios fundamentais, que são: (a) integridade: comportamentos honestos, éticos e compromisso com os princípios morais; (b) transparência: ser honesto consigo mesmo e abrir para os parceiros todos os aspectos positivos e negativos; (c) sinceridade: ser sincero na parceria e não explorar os recursos e reputação do outro; (d) respeito mútuo: se uma instituição necessita do parceiro é porque há valor e esses valores devem ser respeitados; (e) parceria: é uma situação em que todos compartilham riscos e conquistas, sendo que todos devem avaliar e assumir os riscos e compartilhar as conquistas; (f) benefício mútuo: quanto mais a parceria atende às necessidades dos parceiros, mais forte é a relação e cada um deve ter claro o que deseja e como

vai avaliar e quantificar os resultados. Esses princípios devem ser sempre em mente durante as negociações, em toda a parceria e em todo o processo de ação.

Outra forma de captação de recursos pelas entidades e que, bem organizada e direcionada consegue-se muitos recursos, são as campanhas. São três os principais tipos de campanha. O primeiro é a campanha anual. É o esforço constante para obter doações do universo de potenciais doadores. A filosofia básica é que a doação se torne constante e cada vez com maiores valores. Este tipo de campanha financia e cobre as despesas operacionais e de manutenção das instituições, que é o maior problema das entidades do município. O segundo é a campanha de capital pontual. É um programa intenso de busca de recursos desenhado para arrecadar uma soma específica de dinheiro. É utilizada geralmente para expansão das ações ou novos projetos. O terceiro é a campanha de fundo patrimonial. É um fundo de reserva que não se distribui e que só deverá ser utilizado em casos de emergência, tocando-se somente nos juros dele gerado.

A instituição deverá deixar bem clara a sua missão, seus objetivos e sua cultura. Deverá mostrar ao investidor que a causa é importante, que a instituição é importante, e solicitar recursos para que a instituição continue trabalhando para a causa, pois é nisso que os doadores investirão. O potencial doador ou investidor são as pessoas, as empresas, o governo, as agências e as parcerias em serviços.

O investidor empresa reage melhor ao apelo razoável, mesmo assim a relação pessoal é fundamental. Estuda a proposta mais a fundo, tem interesses, como publicidade, para criar e ampliar o mercado para seus produtos. Tem compromisso, talento, criatividade, tempo e dinheiro para ser disponibilizado para a sociedade. As empresas doam para construir uma imagem pública positiva, para aumentar receitas e vendas, para melhorar a condição de vida da comunidade onde operam, para reforçar vínculos políticos e econômicos com os membros do conselho da instituição e também para obter dedução fiscal.

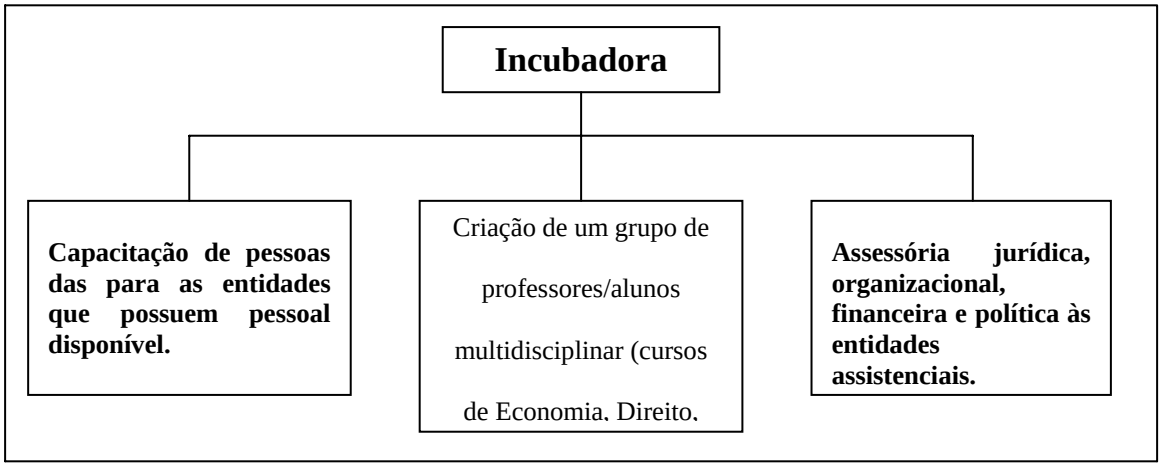
Alguns instrumentos de comunicação para captação de recursos: folder institucional de apresentação da organização, carta-proposta personalizada para cada investidor, carta de agradecimento pelo investimento, mala direta, encarte, matéria de jornal, fax – telefone, evento, indicação, relatórios, boletim informativo, entrevistas, palestras, vídeos, internet, artigos promocionais. Outras dica importante: as entidades devem provar para o empresário doador que ele vai ter retorno com a doação. Manter os doadores sempre informados do que está acontecendo

na entidade é muito importante. Nunca esquecer de divulgar o nome dos patrocinadores. Todas as doações e recursos recebidos pela entidade devem ser divulgados em relatórios no final de cada ano em jornal de grande circulação no município.

Ações de ordem extra-organizacional

Como a maior dificuldade das instituições assistenciais é no sentido de não possuir pessoas especializadas na captação de recursos a sugestão política de ordem extra-organizacional para amenizar o problema de captação de recursos não reembolsáveis é a criação e implantação de uma incubadora de incentivo à capacitação de recursos e de gestão para as entidades do município. A Figura 1 mostra uma sugestão de como seria organizada.

Figura 1 – Incubadora para apoio às entidades



A ideia da implantação de uma incubadora surgiu pelo fato de muitas instituições não terem técnicos para elaboração de projetos e também por não possuírem um espaço físico e estarem desestruturadas, precisando de apoio e incentivo para implantar seus projetos. Ideias interessantes não faltam, mas há muitas dificuldades em colocar em prática. Poder-se-ia ter um espaço físico para aquelas que ainda não possuem o seu próprio espaço. A manutenção da incubadora e a remuneração da equipe multidisciplinar seriam com uma porcentagem do valor dos projetos aprovados.

Para criação da incubadora de cunho assistencial, primeiramente se faria um estudo sistemático, de como funcionaria, o espaço físico, os recursos humanos. Far-se-ia o projeto que poderia ser encaminhado para vários órgãos financiadores de origem governamental, como o BNDES, os ministérios, e também para órgãos de origem não governamental. Poderia-se trabalhar com professores e profissionais habilitados, auxiliados pelos alunos de acordo com o curso, habilidades e interesses de cada um. O grupo de professores, profissionais e alunos, trabalhariam na elaboração de projetos sociais e empresariais. A remuneração destes profissionais seria um percentual dos projetos aprovados pelos órgãos financiadores.

Para as instituições que possuem pessoas disponíveis para elaborar projetos se ofereceria curso de capacitação, tornando-as capacitadas para captar os recursos para seus projetos sociais. Quando das dificuldades encontradas em elaborar projetos mais técnicos e complexos, o grupo de professores e alunos multidisciplinar poderia auxiliar, dependendo do foco do projeto em cada área específica. Os profissionais colaboradores da incubadora também prestariam assessoria na gestão organizacional, financeira, jurídica e política às instituições, pois muitas estão desestruturadas, necessitando de auxílio nesta área.

Bibliografia

ARMANI, D. Como elaborar projetos? Guia prático para elaboração e gestão de projetos sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2000.

ALVES, N. Diretos iguais. Deficientes sofrem com discriminação. Tribuna do Dia. Criciúma, 16 out. 2003. p. 09.

ATLAS do Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: www.undp.org.br. Acesso em: 25 out. 2003.

BNDES. Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Balanço Social 2001. Disponível em: www.bndes.gov.br/empresa/desempenho/relatorio/exes/basocial.pdf. Acesso em 28 out. 2003.

BORCHARDT, I. Diagnóstico da exclusão social em Santa Catarina: mapa da fome. Florianópolis: SDS/Instituto Cepa/SC, 2003. p. 235. Disponível em: www.sds.sc.gov.br. Acesso: em 25 out. 2003.

BOVESPA. Bolsa de Valores de São Paulo. Disponível em:

www.bovespasocial.com.br/Sites/BovespaSocial. Acesso em: 16 nov. 2003.

GIL, A. C. Como elaborar projetos de pesquisa. 4 Ed. São Paulo: Atlas, 2002.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: www.ibge.gov.br. Acesso em: 01 nov. 2003.

FERREIRA, F. Desigualdade na América Latina e no Caribe: Rompendo com a história? Banco Mundial. Disponível em:

www.pctpmrpp.org/luta_popular/bancomundial.htm. Acesso em: 25 out. 2003.

FNDE. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: www.fnde.gov.br. Acesso em: 20 set. 2003.

GIFE. Grupo de Institutos, Fundações e Empresas. Disponível em: www.gife.org.br. Acesso em: 04 out. 2003.

KIEVEL, J. L. Palestra sobre Alianças e Captação de Recursos. Ago. 2003. Informação verbal.

LISBOA, A. M. Organizações não-governamentais. In: CATTANI, A. D. (Org). A outra economia. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MAGALHAES, R. Enfrentando a pobreza, reconstruindo vínculos sociais: as lições da Ação da Cidadania contra a fome, a miséria e pela vida. Caderno Saúde Pública, v. 18 suplemento, p.121-137, 2002. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php. Acesso em: 31 maio 2003.

MALTHUS, T. R. Ensaio sobre a população. Coleção “Os economistas”. 2 Ed. São Paulo: Nova Cultural, 1986.

MARSHAL, A. Princípios de economia: tratado introdutório. Coleção “Os economistas”. São Paulo: Abril Cultural, 1982. v. 1.

RELATÓRIO das Nações Unidas. Disponível em: www.undp.org.br. Acesso em: 25 out. 2003.

SANTOS, W. G. Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira. 2. ed. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

Artigo recebido em 22/08/2008. Aprovado em 30/10/2008.